

FOTOGRAFIA COMO FONTE BIOGRÁFICA: NOTAS SOBRE A PROFESSORA MARIA NELY SANTOS¹

Maria Neide Sobral da Silva (UFRN/UFS)

GT 11 - História, Memória e Educação

Escrever sobre a história de vida de alguém é abrir uma janela para a compreensão da realidade, pois ao fitarmos o horizonte, temos a sensação de sua finitude, mas não da complexidade que envolve os seus processos vividos, sua participação social e cultural e, sobretudo, os anseios e as frustrações que marcam a trajetória daquele que queremos biografar. Além disso, uma investigação dessa natureza, remete-nos a várias travessias entre a nossa subjetividade e a vida do biografado, em momentos de empatias e antipatias, cujo diálogo com as fontes deve ser feito com seriedade e critério. O percurso nem sempre é fácil, pois, a partir de um olhar sobre o micro mundo de um indivíduo, necessário se faz usar, metaforicamente, um telescópio, para divisar todo o campo que o envolve, numa busca incessante das implicações que sua vida estabelece com o mundo, com o cosmo e consigo mesmo.

A definição do indivíduo como objeto de estudo e a forma de abordá-lo exigem do investigador a própria definição de como se quer trabalhar. Não é possível limitar-se, pela natureza interdisciplinar da abordagem biográfica, apenas a um campo de saber. Aí necessitamos lidar com o perfil psicológico, sua inserção social, numa reconstrução histórica ou sociológica, sem perder de vista as inter-relações entre ambas.

Segundo Elias (1995, p.13), “para se compreender alguém, é preciso conhecer os anseios primordiais que este deseja satisfazer. A vida faz sentido ou não para as pessoas, dependendo da medida em que elas conseguem realizar tais aspirações”. Outro ponto importante levantado por este autor é a compreensão de que só é possível entender o indivíduo e a sociedade quando não somente se limitam aos processos econômicos e sociais, mas também quando ele tenta alcançar o seu destino na estrutura na qual elas vivem.

Na abordagem biográfica, o objeto de estudo é, portanto, o indivíduo, com sua singularidade. Uma singularidade, porém, que não se fecha em si mesma, mas dialoga com o (s) outro(s) no contexto social educacional no qual ele vive e atua, movendo-se em várias direções com suas idéias, experiências e intenções. Uma singularidade que se envolve com os acasos, inexplicados para o biógrafo e naturalizados pelo seu personagem. Intuições, sentimentos descontínuos, sonhos, empatias e antipatias, avisos sobrenaturais, intercâmbios espirituais vão se revelando como aspectos de motivações profundas que dá direções à vida do personagem com mais evidência do que as circunstâncias materiais, sociais e familiares que o envolve.

Contar a história de alguém nasceu no mundo greco-romano (os panegíricos) que serviam de orientação para a formação dos indivíduos, dando-lhes exemplos positivos e negativos. Depois a hagiografia, no mundo medieval, retratava a vida dos santos, caracterizada pela piedade e pela louvação e a luta que empreendiam para superar os seus próprios limites e seus “pecados”. Já na Idade Moderna, a biografia foi impregnada pela implicação entre o biografado e o biógrafo, numa aproximação cada vez maior com a literatura, em particular o romance, ao se destacar a “extrema fragmentação, seus diversos

¹ Trabalho de conclusão da disciplina “Tópicos Especiais de Educação”, ministrada pelos professores doutores Anamaria Bueno e Freitas e Jorge Carvalho do Nascimento, no Mestrado de Educação da UFS.

tempos (retorno), o caráter contraditório e paradoxal dos pensamentos e das linguagens, hoje características necessárias a uma boa biografia” (BORGES, 2001, p.3).

Com a difusão crescente do paradigma positivista, no século XIX e boa parte do século XX, as biografias tinham um caráter mais político, quase mítico de tornar herói determinadas figuras históricas, sinalizando, de um lado, para a coroação de bons exemplos, ou negação das suas lutas; por outro, mantendo-se a natureza de louvação. Num ou outro caso, a história seguia como trajetória linear, do nascimento, adolescência, maturidade até a morte, destacando-se, quase sempre, seus feitos públicos.

Com os *Annales* (1929), ao colocar em questionamento a historiografia dominante, as biografias ficaram à margem. Nas últimas décadas, porém, elas têm ressurgido com novos impulsos. O mercado editorial se ampliou enormemente, e já é possível encontrar nas livrarias, seções de biografias de todos os estilos. Esse retorno, segundo Le Goff, comunga-se com o retorno da própria história política e o fortalecimento do individualismo. O homem se detém nele mesmo, a mídia tem ajudado a entreter, despertando uma grande curiosidade sobre a vida dos outros.

Compreendemos que, com a Nova História, a partir da década de 1970, retornou-se ao indivíduo, ganhando impulso às construções biográficas diferenciadas, geralmente com perda dos limites visíveis entre o campo histórico e outras áreas disciplinares, em um transcurso para a busca da complexidade do vivido. Isto exige do investigador uma capacidade de estudo sobre as fontes, a busca de vestígios em locais impensáveis e, sobretudo, sensibilidade para desenhar a sua escrita com a compreensão de sua incapacidade de se dominar a singularidade do vivido. Cuidar para que o nosso personagem não se transforme em um herói, um santo, ou um produto acabado da perfeição da raça humana, só é possível se não nos descuidarmos de acompanhar a nossa implicação com ele, com um trabalho criterioso na escolha das fontes, a crítica a elas e os limites que elas impõe ao seu trabalho, muitas das vezes intransponíveis. É a chamada *desmontagem do documento-monumento*” (LE GOFF, 1984).

A reconstrução dos processos vividos do indivíduo, exige um cuidado com as fontes, para que se possa produzir o que Le Goff (2001) chama de “efeitos do real”, ou seja a “desmontagem apropriada” dos documentos, questionando a sua autoria, condições de produção e de preservação, buscando sua intencionalidade e as relações de força que o circundou em sua fabricação. É a chamada crítica radical aos documentos, evitando, de um lado, o distanciamento do personagem e de outro, o que Pierre Bourdieu chama de “ilusão biográfica” quando, ao “produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como uma narrativa coerente de uma seqüência significativa e coordenada de eventos” (BOURDIEU, 1978, p.76). Trata-se de acompanhar a rede de relações que o indivíduo estabelece ao longo de sua vida, nos espaços que atua, nas decisões e escolhas que faz mas, sobretudo, nas determinações do contexto cultural e social que vive, bem como das circunstâncias inesperadas que o circundam de forma incidental, sem maiores explicações.

Borges (2001) assinala que a aproximação do indivíduo na história remete as suas origens, personalidade e contexto, cuja interpretação só é possível no confronto com tudo que se refere a nossa própria existência. Nesse sentido, amplia ainda mais a nossa compreensão de que estudar o indivíduo é também uma travessia para a compreensão de nós mesmos.

Devem-se buscar interpretações possíveis para a forma como a vida se constrói, construindo-se, põe-se em movimento, com suas contradições, decisões e indecisões, dentro dos limites do seu tempo e no seio dos comportamentos coletivos. Não cabem julgamentos nem absolvições, mas a sensibilidade do historiador para o tom, o estilo e a forma de construir a sua narrativa, problematizando o personagem e seu tempo sem a ilusão de que há respostas para vários silêncios.

O trabalho com a biografia ou abordagem biográfica, tanto de cunho histórico quanto sociológico, com ênfase no indivíduo (personalidade) ou ênfase em sua trajetória social, apresenta-se de forma complementares, tentando buscar, a partir de enfoques diferenciados, ressaltar de forma descritiva, narrativa e/ou problematizadora a trajetória de vida de um indivíduo, ou de aspectos particulares de sua vida. O recorte que o investigador faz deverá redundar, numa incompletude a respeito do personagem, como se este tivesse sofrido uma mutilação, para que um período de sua vida, sua vida pública, ou os aspectos de sua produção intelectual para que esses pudessem ser devidamente comportados no projeto de estudo estabelecido. São retalhos remendados de um tecido gasto pelo tempo, que apenas anunciam uma possibilidade de ter sido, quem foi estudado.

A busca de provas documentais, com as contraposições sistemáticas, poderá nos aproximar cada vez mais da “verdade histórica”, compreendendo a relatividade desta expressão. A seleção das fontes, seguramente, é um momento extremamente importante na produção de qualquer trabalho histórico, em especial da biografia. Perguntamos-nos, inicialmente, quais são as memórias existentes de nosso personagem e onde encontrá-las? Que tipos de documentos foram preservados, por quem e com qual intencionalidade? Nos alerta Lopes e Galvão (2001), que a seleção já é feita anteriormente, por quem as produziu, pelos que as conservaram ou deixaram rastros de sua passagem. Por isso, o documento, como sinal do passado, está ligado as relações de poder de uma determinada sociedade, perpetuando, de forma voluntário ou involuntária, a memória coletiva da mesma.

Documento, também de origem latina *documnetum*, tem o significado de “prova”. Considerando as mutações deste termo entre o século XVII, na linguagem jurídica, e na Escola Positivista do século XIX e início do século XX, como prova histórica, tende a opor a objetividade à intencionalidade do monumento. Evidenciou-se o triunfo do documento, coincidindo fato histórico com documento escrito. Com os *Annales* (1929) a noção de documento é ampliada para todo e qualquer vestígio que produz, expressa ou significa o processo vivido pelo homem.

Essa busca das fontes incide na compreensão do paradigma indiciário de Ginzburg, no qual é preciso decifrar ou ler pistas, vestígios, resíduos como fios que tecem uma rede, numa profunda conexão que explica os fenômenos superficiais é reforçada no próprio momento em que se afirma que um conhecimento direto de tal conexão não é possível. Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas - sinais, indícios - que permitem decifrá-las (1989, p.177).

A depender dos objetivos do biografado, qualquer vestígio deixado pelo seu personagem ou sobre ele deve se configurar como uma fonte. Portanto, é possível lançar mão de uma multiplicidade delas para se escrever uma história de vida: fotos, cartas, bilhetinhos, álbuns de recortes de jornais, textos inéditos, relatórios, livro de ouro, livros-caixa, pastas de correspondências, livros, anuários, boletins, cadernos, jornais, revistas, separatas, biografia, diários, depoimentos orais e escritos, cartas, anais, depoimentos, discursos, conferências, obras literárias, histórico escolar, currículo, canções, Atlas, propagandas, catálogos, manuais, material didático, pinturas, prospectos, memórias pessoais notas comentadas, novelas, peças, pareceres, leis, petições, requerimentos, contratos, processos, teses, diários íntimos, volumes de correspondências, manuais antológicos, dicionários biográficos, volumes de homenagens, preitos de reconhecimento póstumo, filmes etc.

Essas fontes - manuscritos, impressos e imagens iconográficas (fotografias, filmes, vídeos, desenhos, etc...) - devem ser submetidas à desmontagem apropriada (LE GOFF, 1984), documento/monumento e imagem/monumento, na busca das condições de produção das fontes, a intencionalidade das mesmas e a autoria.

Nos últimos tempos, debruçando-nos sobre os estudos biográficos, temos todo interesse em fazer uma aproximação maior com a fotográfica tanto como objeto de pesquisa, quanto como fonte privilegiada para a escrita historiográfica, uma vez que se trata, por excelência, de registro de um tempo, reconstruindo espaços, culturais e relações de poder (quem era fotografado e quando) e, sobretudo, a forma como esta é enquadrada e por quem.

Assim, a fotografia é imagem/monumento para a reconstrução dos processos vividos de um personagem. Olhar a imagem, através do enquadramento de uma fotografia, traz para o presente uma realidade que os textos escritos não são capazes de revelar. Há uma empatia entre o historiador e o que vê naquela imagem congelada, como uma doce lembrança de um momento singular ou um registro cultural preservado para o não esquecimento. Num ou noutro caso, olhamos a imagem em busca de vestígios de um tempo e de um espaço que tem muito a nos dizer.

Ao historiador cabe um grande desafio: o destrinçar da rede de significações que compõem uma imagem. Sendo ela um vestígio, uma pista, uma mensagem que não foi revelada pelo olhar do fotógrafo, precisa ser desvelada, levando-se em conta os aspectos culturais e sociais do contexto onde ela foi produzida, bem como os aspectos técnicos de sua produção. É preciso, sobretudo, entendê-la como linguagem não-verbal, exigindo do historiador que não basta descrevê-la, mas compreendê-la como processo de criação de uma memória (CARDOSO & MAUAD, 1997).

No material fotográfico, é necessário que o biógrafo desvende “uma intrincada rede de significações, onde seus elementos – homens e signos – interagem dialeticamente na composição da realidade” (ESSUS, 1996, p. 24). A fotografia, por sua dimensão simbólica de linguagem não verbal, traz o aspecto da vida material (documento) e que fora preservado para o presente (monumento), servindo como ilustração ou valendo por si mesma como objeto de estudo. Ela fornece indícios de uma época, que olhada com os olhos de hoje, há muito que pode observar através da mesma, dentro de seu enquadramento, responder ao formato determinado pelo fotógrafo, elucidando aspectos, escondendo outros, compondo a cena, transmitindo mensagens de restos, indumentária, iluminação, do que é fotógrafo, o sentido do que é aprisionado na “câmara escura”. Ela “é uma inscrição, uma marca, uma pequena queimadura de luz sobre nitratos de prata; sempre um índice de um real, e que não existiria sem o seu referente” (SAMAIN, 1984, p.11).

Trata-se de olhar uma época que envolve enquadramento, angulação, iluminação, objeto a ser registra de uma realidade sempre fugidia e que pode ser reproduzida indefinidamente (BENJAMIN,1980). Sua potencialidade é ressaltada por Benjamin, a fotografia

é capaz de ressaltar aspectos do original que escapam aos olhos e são apenas possíveis de serem apreendidos por uma objetiva que se desloque levemente a fim de obter diversos ângulos de uma visão; graças a métodos como ampliação ou de desaceleração pode-se atingir a realidades ignoradas pela visão natural (1980, p.7).

As fotografias de pessoas que posam sozinhas ou em grupos, ou tiradas sem a montagem de um cenário contribuem significativamente para a construção de uma biografia, revelando-nos aspectos de sua indumentária, de seu perfil físico, do espaço onde foi tirada, como lugar de memória dos momentos significativos de sua vida privada ou pública, como propaganda de si mesma, exposição pública. Outros elementos também são importantes para a análise, como enquadramento, cenário de fundo, iluminação, intencionalidade do fotógrafo. Se for uma fotografia do biografado em espaços privados e públicos, é possível levantar vestígios da rede de relações familiares e sociais que estabeleciam, práticas sociais registradas, distribuição das pessoas na foto: quem está em plano, quais as personagens em

destaque ou sombreadas, quais as relações de poder, etc. aparece mais que se escondem, que é destacado ou sombreado, relações de poder etc.

As fotografias do acervo de famílias e outras publicadas em jornais e revistas, bem como dos acervos em arquivos públicos e bibliotecas também se constituem como fontes. Através do álbum de família é possível a recordação social do que foi, permitindo assim preservar a memória de um tempo, como salienta Pierre Bourdieu (1965 apud LE GOFF, 1984). Através da fotografia é possível a recordação social “do que foi”, permitindo, assim, preservar a memória de um tempo.

É por isso que não há nada que seja mais decente, que estabeleça mais confiança e seja mais edificante que um álbum de família: todas as aventuras singulares que a recordação individual encerra na particularidade de um segredo são banidas e o passado comum ou, se se quiser mais pequeno denominador comum do passado, de nitidez quase coquetista de um monumento” (LE GOFF, 1984, p.102).

As condições de produção e preservação das mesmas, quem as guardou e por quê, bem como chegaram às mãos do biográfico. Todos esse aspectos que, se bem trabalhados podem gerar excelentes estudos historiográficos, que, se seguramente, contribuem sobremaneira para a escrita de uma biografia.

Elaboramos um trabalho dessa natureza sobre a professora e historiadora Maria Nely Santos. Mediante uma abordagem biográfica de natureza história, procuramos fazer uma breve discussão sobre trajetórias de vida, destacando a importância da leitura de imagens como fontes.

O ponto de partida para a construção deste trabalho foi a leitura da biografia “Professora Thétis: uma vida” (1999) escrita por Maria Nely. Neste estudo, ela enredou fios de sua história com a trajetória de sua personagem, pois ambas compartilhavam o mesmo espaço físico do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe, por quase duas décadas.

Literatura e história entrecruzam-se neste estudo, sem delimitar as fronteiras nem abandonar as características de um trabalho plasmado pelo desejo de encontrar na singularidade da professora Thétis Nunes, a sensibilidade e a razão do ser-menina-mulher-intelectual no contexto da sociedade sergipana, na travessia do século XX.

A biografia da professora Thétis encarna a trajetória de uma grande mulher, considerando o tempo e o espaço em que ela viveu, pelas suas aspirações e realizações, numa época em que poucas delas se aventuravam ao espaço público, limitando-se ao mundo restrito de seus lares ou da vida religiosa. Ser mãe e mulher era o quadro pintado para a realização feminina.

Esse trabalho tem um traço singular: transversaliza, em vários momentos, a vida da biógrafa com a sua personagem. É a aproximação com o papel do indivíduo na história, que a leva a confrontar aspectos de sua própria existência nos dois grandes encontros com Thétis, como aluna e como colega do Departamento de História. Trata-se de uma biografia de uma educadora viva, responsável, em muitos momentos, pelo filtro do dizível e do indizível, na qual, revelando sua personagem, a autora se revela.

Nos bastidores de sua escrita, é possível acompanhar Maria Nely em momentos significativos, nos espaços públicos que ocupou e a visão que construiu sobre si mesma. São fragmentos de sua trajetória que aparecem no texto, dialogando consigo mesma, entre lembranças que lhe assaltam; sentimentos que são experimentados; projetos que se realizam e outros que sucumbem com as próprias dores e os sabores que a vida foi lhe proporcionando.

Com esse propósito, procurou rasgar com os chamados dogmas acadêmicos vivenciados por ela até então, presente em alguns de seus trabalhos, a exemplo da sua Dissertação de Mestrado sobre a Vila de Santo Antônio e Almas de Itabaiana (1984). Trata-se de um estudo que se delimita no período entre extinção do tráfico escravo (1850) e a abolição da escravatura (1888), no qual a autora se propõe a apreender sobre o sitiante na sua posição ocupada na organização social e no *modus-vivendi*, bem como sobre a formação territorial das terras e a forma como a vila de Itabaiana foi retalhada em pequenos sítios, para o cultivo de subsistência e de como essa vila teve participação ativa no desenvolvimento da Província no referido período. Esse trabalho incorpora-se no paradigma tradicional, numa perspectiva economicista, com hipótese clara de trabalho, escolha e manejo de fontes que se ligam diretamente ao seu objeto, à pertinência da delimitação temporal e espacial.

Seu primeiro trabalho biográfico, no entanto, ocorreu com a escrita do livro “A Sociedade Libertadora Cabana do Pai Thomaz: Francisco José Alves, uma história de vida e outras histórias”. Quando esse livro foi publicado, Maria Nely já estava fora do ambiente acadêmico, seguindo trajetória própria, na escolha de seus objetos de estudos e do que pretendia escrever. Trata-se de um estudo que reconstrói a trajetória de um dos maiores abolicionistas sergipanos, fundador da mais importante entidade responsável pela luta de emancipação dos negros na então província de Sergipe e fundador de dois jornais que difundiam o ideário abolicionista: “O Descrido” e “O Libertador”. No capítulo intitulado *A cidade de Aracaju nos anos 80 do século XIX* (SANTOS, 1997) mediante levantamento de fontes em jornais da época, procura então, incorporar seu personagem no cenário urbano de Aracaju, desvelando “as franjas de uma sociedade quanto a constituição, organização dos grupos sociais, provimento das necessidades materiais, manifestações de sociabilidade e de convicções ou de sentimentos coletivos” (Idem, p.19). Entre a prosa e a poesia, foi reconstruindo este cenário para localizar o indivíduo em sua história, isto é, Chico Alves e suas idéias abolicionistas.

A própria biografada, em suas memórias, foi nos revelando o seu constituir-se professora, tentando estabelecer algumas vinculações entre a personagem e seu tempo, sua contribuição à vida pública, seus limites, possibilidades e contradições.

Em nossa aproximação com a professora Maria Nele Santos foi possível traçar elementos de sua trajetória. Ela nasceu a 18 de abril de 1948, na Fazenda Várzea, município de Siriri, Sergipe. “Nely” é a forma que ela preferiu para assinar seus trabalhos. Sua mãe, Maria de Lourdes dos Santos, descendente de escravos, mulher de vida sempre difícil, possuidora de grande personalidade, despertou-a para outra opção que não a de enfurnar-se nas cozinhas para servir aos outros. Sua família tem a marca do matriarcado, sua avó e sua bisavó assumiram, sozinhas, a criação dos filhos, foram mulheres fortes, condutoras de seus próprios destinos. Como as que a precederam, ela também se tornou mulher de sangue forte, lutadora e muito angariou o respeito e a consideração de seus familiares por ter chegado aonde chegou.

Admirada pela mãe, com quem não tivera um convívio muito próximo, pois foi educada, inicialmente, pelo Sr. Aldon Figueiredo, dono da Fazenda Várzea, onde Maria de Lourdes trabalhava, e, posteriormente, pelo Coronel Manfredo Marquês, que era casado com a irmã de Aldon, Maria Hermosa Figueiredo Marquês. Esse último foi conquistado pela vivacidade e pela inteligência de Nely.

Foi assim que uma criança inquieta, peralta, ousada, atrevida e impertinente como gosta de adjetivar-se, foi encontrando seus próprios percalços pela vida, saindo da condição de filha de empregada de fazenda para adentrar-se no “mundo dos brancos”, da classe média, aprendendo, com isso, a experimentar o que era até então impensável para garotas que nasciam nas mesmas circunstâncias dela (SANTOS, 24/03/2004).

Sua vida escolar começou muito cedo, aos quatro de idade. Foi matriculada no Educandário Nossa Senhora Menina, em Aracaju, onde aprendeu as primeiras garatujas com a professora Maria Alaíde Nunes, concluindo o primário em 1957.

Seguiu, posteriormente, para o Ginásio Jackson de Figueiredo, onde concluiu o primeiro ciclo do curso ginásial, em 1962, numa turma, predominante, de garotas de cor branca. Nely impôs-se por sua inteligência e dedicação aos estudos, alcançando, sempre, os primeiros lugares, como atesta o histórico escolar, êxito que eram celebrados nas solenidades de final de ano.

Foi naquele colégio que Nely aprendeu as artes femininas, os rituais do convívio social e uma visão de mundo quase abstrata, pautada em pressupostos intelectivos. Foi nesse espaço educativo que conheceu a professora que a marcaria por toda a vida, Maria Augusta Lobão Moreira, que ensinava História Geral, influenciando-a até em sua opção profissional.

O primeiro ano do colegial frequentou, em 1963, no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, criado pelas irmãs sacramentinas para “instruir as jovens nos princípios fundamentais da doutrina religiosa católica, sendo prioridade a formação das moças de elite do Estado de Sergipe” (COSTA, 2003, P.27). Era uma escola feminina de que as alunas se recordam como um espaço paradisíaco, pelo respeito que tinham aos mestres e às colegas. Voltava-se à preparação integral das alunas, mas tendo em vista a vida espiritual, voltada para Deus.

No “Atheneu”, colégio onde conclui o segundo ciclo, em 1965, encontrou um espaço para novas aprendizagens. Uma escola da rede pública, respeitável na época, era onde a juventude secundarista vivia momentos de resistência e de luta em razão do golpe militar. Os secundaristas dividam-se em função de suas idéias, uns, participando do grêmio e fazendo militância estudantil, outros, mais alheios à luta política, se empenhavam em suas atividades escolares. Nely fazia parte do segundo grupo, interessada que estava no aprendizado, pois, além de vinda de mundo sacralizado e conservador como era o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, mantinha um enorme anseio de saber e de crescer intelectualmente.

Através de Maria Augusta Lobão, sua eterna amiga, conseguiu uma vaga na Escola Normal para ministrar aulas, dando início, já aos 17 anos, a sua vida de professora, ensinando História Geral a uma turma. Logo depois, seus horários passaram a ser cada vez mais preenchidos, pois, decerto, aquela garota franzina começava a mostrar que muito podia, quando queria. Ficou na Escola Normal, como professora, no período de 1966 a 1969, ao mesmo tempo em que começou a ministrar aulas em escolas particulares. Ensinou História Geral no Ginásio Jackson de Figueiredo, nos anos de 1968 e 1969 e, nesse mesmo período, estivera ministrando aulas no curso pré-vestibular mantido pelo Diretório Acadêmico Maria Khiel, da Faculdade de Serviço Social. Suas primeiras experiências efetivas no magistério e sua caminhada para a formação em nível superior ocorreram paralelamente.

Ao fim do colegial, em 1965, prestou exame de habilitação para ingressar na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, no curso de bacharelado em História e Geografia, diplomando-se em 14 de dezembro de 1969, no Auditório da Faculdade Católica de Filosofia.

Seu itinerário profissional é rico de experiências. Ainda quando ensinava na Escola Normal, em 1969, participou do primeiro concurso para o magistério estadual, logrando o terceiro lugar. Entre os anos de 1970 e 1972, foi professora de História Geral no Colégio Estadual Presidente Castelo Branco, no 2º grau. Nesse mesmo colégio, foi vice-diretora quando Messias Porto era o diretor. Na rede privada de ensino, além do Ginásio Jackson Figueiredo, lecionou História Geral, História do Brasil e História de Sergipe no Colégio Patrocínio de São José (1970-1972). Ainda lecionou no Gabinete de Cultura, Ciências e Letras, no 2º grau, entre 1973-1975 e no Curso de Estudos Adicionais realizados pela Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Sergipe (1973).

Também integrou o Conselho de Cultura do Estado de Sergipe (2001-2003), ministrou vários cursos, seminários e encontros locais e nacionais, participou de bancas e concursos, orientou várias monografias. Além disso, sempre teve uma participação ativa em sociedades culturais e científicas, tais como a Associação dos Amigos da Arte – AMART (desde 2000), a União Brasileira dos Escritores – UBE, a Associação Nacional de Professores de História – ANPUH (desde 1983) e o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (desde 1976).

Suas experiências iniciais no magistério lhe deram fôlego para buscar o que tanto desejava, ser docente da Universidade Federal de Sergipe, onde se submeteu a uma longa e dura trajetória de afirmação pessoal, por não ter sido muito aceita pelos seus pares. Para ela, a UFS foi um espaço de muita aprendizagem e um tempo muito doloroso também.

No Departamento de História, da Universidade Federal de Sergipe, dedicou-se às questões relativas ao negro, especialmente, na coordenação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (1986-1995), voltado à pesquisa e difusão da cultura negra. Sob sua coordenação, foram realizados cursos de qualificação de professores para que eles tratassem da questão negra em sala-de-aula. No final dos anos de 1980 abriu espaço na rede municipal de ensino de Aracaju para esse tipo de discussão, recorda-se Nely. Mesmo com a resistência de alguns professores, em função das dificuldades para abordar a temática, além de provocar mal-estar e constrangimento entre os alunos negros, em sala-de-aula, foi-se abrindo, no âmbito da educação, algum espaço para tratar da questão negra. Quanto ao núcleo, logo passou a ter visibilidade em Sergipe e em nível nacional, sendo até referendado pelo Ministério da Cultura, que condecorou Nely com uma medalha de mérito, em função de suas atividades à frente dos estudos afro-brasileiros na UFS.

Suas preocupações com a questão negra se traduziram, também, no artigo “Mulungus, outros mitos”, publicado na revista *Gibala*, em 1996. “Mulungus, outros mitos” trata da resistência negra em Sergipe, na década de setenta do século XIX, destacando tanto a figura lendária de João Mulungu como a de outros que lutavam pela liberdade, ressaltando-se, entre eles, Laureano, Frutuoso, Dionísio e Saturnino. Já era presente nesse artigo o interesse de Nely em reconstruir a história de indivíduos que se destacaram no processo de luta e resistência negra em Sergipe, através de uma rica documentação coletada no arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe e no Arquivo Público de Sergipe.

Ainda escreveu: “Da formação do pecúlio à ação de liberdade dos escravos”, trabalho apresentado em seminário sobre o “Negro em Sergipe”, promovido pelo já referido Núcleo de Estudos Afro-brasileiro, em 1996; “Aracaju na contramão da belle époque”, apresentado no seminário “A transferência da capital”, promovido pelo Memorial de Sergipe, da Universidade de Tiradentes, em 2001 e publicado na *Revista de Aracaju*, em 2002.

Além de artigos, escreveu dois ensaios, “A participação de Sergipe na Segunda Guerra Mundial” (1977) e “Sergipe pré-colonial e colonial” (1973), e o livro “Associação Comercial de Sergipe: uma instituição centenária” (1872-1993), em 1996.

Em entrevista para o *Jornal da Cidade*, no dia 13 de maio de 2002, intitulada “Importando cultura”, comentou sobre a questão negra e seu projeto de lançar o livro que deverá ter como título “A invisibilidade do negro na historiografia sergipana”. Outros temas também foram abordados, como os relacionados à formação de historiadores, aos currículos, à educação e ao MST.

Suas produções escritas se têm mostrado, ao longo do tempo, com grande vitalidade e criatividade intelectual, sofrendo uma certa metamorfose nos últimos anos, de uma escrita acadêmica linear e descritiva, no campo da historiografia, para promover uma ligação cada vez mais forte entre a história e a literatura. Nos dois trabalhos biográficos, sobre Francisco Alves e Maria Thétis, evidencia-se claramente esse traço.

Em relação a leitura de seu acervo iconográfico, destacamos algumas fotografias da professora Nely que revelam momentos significativos de sua trajetória pessoal, bem como a reconstrução de determinadas práticas sociais em períodos diferentes de sua vida. A conclusão do curso primário no Educandário Nossa Senhora Menina, onde foi premiada por ter obtido o primeiro lugar. Naquele momento sentiu o impacto do preconceito quando anunciada a premiação, um dos pais presentes, no evento, fez um comentário de desagrado pelo fato dele ser negra. Naquele momento seu padrinho Manfredo “um homem alto, branco e de olhos azuis”, como gosta de lembrar, levantou-se e a acompanhou até a mesa para receber o prêmio (Foto 01). Durante a formatura do curso de licenciatura em História, ao receber o barrete das mãos do chefe do Centro de Educação, Maria da Glória Monteiro, coroando um momento singular de sua vida, pela oportunidade que teria em ampliar suas atividades no exercício do magistério (Foto 02). No lançamento do seu livro “Professora Thétis: uma vida”, ocorrido na Biblioteca Pública Ephifâneo Dórea, contando com a presença de intelectuais, políticos e da sua biografada, Maria Thétis Nunes (Foto 03). Em casa do Mário Cabral, intelectual sergipano que reside em Salvador, quando foi realizar uma entrevista e com quem mantém correspondências freqüentes. (Foto 04). E, em sua casa, manuseando os papéis em seu “baú de memórias” (Foto 05).

Estas imagens são elementos importantes para a construção de um perfil da biografada, quando se faz uma leitura adequada das mesmas, observando quem as tirou, em sua maioria, não foi possível designar a autoria, mas a data e as circunstâncias que foram, destacando elementos do seu enquadramento e o que mantém de lembranças à biografada. Acreditamos que estes são fontes significativas para quem desejar escrever sobre a trajetória de algum. No caso, podemos considerar como pistas valiosas para futuros estudos biográficos a respeito da professora Maria Nely Santos.

Referências Bibliográficas:

BEJAMIN, Valter. A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução. IN: *Textos escolhidos: Benjamin, Adorno, Horkheimer e Habermas*. Traduções de José Livo Günnewal...[etal]. São Paulo: Abril cultural, 1980 (Os Pensadores).

BORGES, Vavy Pachego. O historiador e seu personagem: algumas reflexões em torno da biografia. *Revista Horizontes*, Bragança Paulista, vol. 19, p. 01-10, jan/dez. 2001.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*: subsídios. Introdução, organização e seleção Sérgio Micele. SP: Editora Perspectiva, 1974.

CARDOSO, Ciro Flamarion e MAUAD, Ana Maria. História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion e VIANFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

ESSUS, Ana Maria Mauad de Sousa Andrade. Através da Imagem: Possibilidades Teórico-metodológicas para a análise de fotografias como fonte histórica. IN: *Anais do Seminário, pedagogia da Imagem ou Imagem na Pedagogia*. Universidade Fluminense, Faculdade de Educação: Departamento de Fundamentos Pedagógicos, 1996.

COSTA, Rosemere Marcedo. Fé civilidade e ilustração: am memórias de ex-alunas do Colégio Nossa Senhora de Lourdes (1903-1973). Aracaju: Núcleo de Pós-graduação em Educação, 2003. Dissertação de Mestrado.

GINZGURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. Tradução: Frederico Caratti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LE GOFF, J. Documento/Monumento. IN: Enciclopédia Einaudi, Volume 1. *Memória – História*. Imprensa Nacional - Casa da Moeda 1984.

_____. *São Luís: biografia*. 3ª edição. Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Record, 2002.

LOPES, Eliane Marta Teixeira & GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. História da Educação: O que você precisa saber sempre....Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

SANTOS, Maria Nelly. *Professora Thétis: uma vida*. Aracaju: Gráfica Pontual, 1999.

_____. *A Sociedade Libertadora “Cabana do pai Thomaz”, Frâncico José Alves, uma história de vida e outras histórias*. Aracaju: Gráfica J. Andrade 1997.

_____. Aracaju na contra-mão da “ Belle Époque”. In: *Revista de Aracaju*, v. 1, nº 1. p.143-1553.

_____. Outros Mulungus, outros mitos?. IN: *GBàla*. Aracaju: nº 1, 1996. p.5-9.

_____. A Rua João Pessoa de outrora. IN: *Revista Hora de Estudo*. Prefeitura Municipal de Aracaju. Ano 3, nº 5, dezembro de 2000. p. 12-18

_____. *A Vila de Santo Antônio e Almas de Itabaiana no século XIX (1850-1888)*. Dissertação de Mestrado. SP: UNICAP, 1984.

SAMAIN, Etienne. Questões Heurísticas em torno do uso das imagens em Ciências Sociais. IN: *Anais do Seminário de Pedagogia da Imagem, Imagem na Pedagogia*. Universidade Fluminense de Educação: Departamento de Fundamentos Pedagógicos, 1996.

VITAL, Diana Gonçalves. A Fotografia como Fonte para a Historiografia Educacional sobre o Século XIX: uma primeira aproximação. In: FILHO, Luciano M de Faria (org.) *Educação, Modernidade e Civilização*. Belo Horizonte, 1998.

Acervo Iconográfico



Foto 1. Autoria desconhecida.
1957.



Foto 2. Autoria desconhecida.
1967.



Foto 3. 07/10/1999. Fotografia
Joel



Foto 4. Autoria não informada.
11 de setembro de 2002.



Foto 5. Nely mexendo em seus
documentos e fotografias.
Nossa autoria.